

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJM-MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2021



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais

Oficial Judiciário – Especialidade Oficial de Justiça

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO/ESPECIALIDADE: OFICIAL JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões 01 a 07.

As camadas

Quando você nasceu, havia um nome e um sobrenome esperando-o. O que eram? Uma decisão aleatória que fala muito dos desejos e projeções dos pais sobre cada um de nós. Nosso nome nos antecede e não aguardou nenhum traço de personalidade para ser colocado. Por mais fraco que seja, o menino Gabriel recebe o indicativo de que é “o homem forte de Deus” pela raiz hebraica. Por mais limitada que seja no futuro, a menina assinará Sofia, o nome que aponta sua densa sabedoria. Nem toda Letícia é feliz. Conheci um Adamastor que pouca similitude guardava com o gigante de Camões. Eu sou Leandro, homem-leão, como se nota pela juba vistosa. O nome é, como todo signo, arbitrário. Primeira camada sobre nós.

A segunda camada constará nos documentos: brasileiro nato. O que é ser brasileiro? Fronteiras traçadas ao longo da história com linhas imaginárias, respeitando ou não o terreno que as recebe. Uma entidade nacional que, supostamente, será sua pátria, sua identidade, sua marca quase sempre permanente. “Meu coração é brasileiro” eu já o declarei; todavia, um exame do meu cadáver pouco revelará ao anatomista quaisquer distinções dos meus ventrículos em relação a um vizinho argentino ou a um longínquo japonês. As metáforas são bonitas, poéticas até: meu coração é apátrida, biologicamente. Pátria é uma convenção celebrada diariamente, já foi dito. Sem dúvida, é a segunda camada que nos foi dada, quase sempre, ao ver a luz do mundo.

(Leandro Karnal. *O Estado de São Paulo*. Acesso em: 01/09/2021. Fragmento.)

Questão 01

A palavra “camadas”, utilizada no título do texto, significa:

- A) Essência existencial de cada indivíduo.
- B) Porções de matéria física que constituem cada ser.
- C) Substâncias concretas intrínsecas a todas as pessoas.
- D) Partes não lógicas que constroem a identidade dos indivíduos.

Questão 02

Em relação ao texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A estrutura do texto é apenas descritiva, tendo em vista que o autor apresenta um conceito e se limita a defini-lo.
- II. Como recurso de produção textual, o autor explicita dois questionamentos que guiam o encadeamento lógico das ideias apresentadas por ele.
- III. Nos dois parágrafos, são utilizados exemplos para fundamentar o raciocínio desenvolvido e provar o que está sendo dito no texto.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 03

Considerando-se o contexto, o sentido do trecho do texto NÃO está adequadamente mantido em:

- A) “Uma entidade nacional que, supostamente, será sua pátria, [...].” = Por suposição, uma extensão territorial que será seu país.
- B) “Por mais limitada que seja no futuro, a menina assinará Sofia, [...].” = Ao receber o nome de Sofia, uma criança é predestinada a ser inteligente.
- C) “Conheci um Adamastor que pouca similitude guardava com o gigante de Camões.” = O Adamastor que conheci era um pouco dissimil ao gigante de Camões.
- D) “Sem dúvida, é a segunda camada que nos foi dada, [...] ao ver a luz do mundo.” = Ao nascer, a pátria é, com certeza, a segunda camada que nos é atribuída.

Questão 04

“Quando você nasceu, havia um nome e um sobrenome esperando-o.” (1º§) A palavra destacada anteriormente explicita a noção lógica de:

- A) Causa.
- B) Tempo.
- C) Espaço.
- D) Condição.

Questão 05

O referente, indicado entre parênteses para o pronome destacado, está INCORRETO em:

- A) “[...] eu já o declarei; [...]” (brasileiro)
- B) “[...] havia um nome e um sobrenome esperando-o.” (você)
- C) “[...] respeitando ou não o terreno que as recebe.” (linhas imaginárias)
- D) “Uma decisão aleatória que fala muito dos desejos e projeções dos pais [...].” (decisão aleatória)

Questão 06

O sintagma destacado NÃO é sujeito do verbo em:

- A) “Eu sou Leandro, [...].”
- B) “Nem toda Letícia é feliz.”
- C) “Nosso nome nos antecede [...].”
- D) “[...] o menino Gabriel recebe o indicativo [...].”

Questão 07

A substituição do sintagma destacado pelo sugerido entre parênteses provoca alteração na forma verbal em:

- A) “[...] a menina assinará Sofia,” (as meninas)
- B) “O nome é, como todo signo, arbitrário.” (todos os signos)
- C) “A segunda camada constará nos documentos: [...]” (na identidade)
- D) “[...] e não aguardou nenhum traço de personalidade [...].” (nenhuma linha)

Texto para responder às questões de 08 a 14.

Desculpe, morri

Atendo ao telefone e:

“Boa noite, é Marcelo?”

“Quem é?”

“É você?”

“Quem está falando?”

“Poxa, que bom, eu precisava tanto falar com você, não imagina o trabalho que deu pra descolar o seu...”

“Quer falar com quem?”

“Com você mesmo, Cariri.”

“Cariri?”

“Não era o seu apelido em Santos?”

“Como você sabe?”

“Pesquisei. Apelido louco. Por que te deram esse apelido?”

“Olha, o que você quer?”

“Sou estudante e estou fazendo o meu trabalho.”

“Como você descolou o meu telefone?”

“Desculpe, Cariri. A pessoa que me deu pediu para não ser identificada. Você é uma figurinha difícil de achar, hein? Marcelão, Marcelão... Como vão as coisas?”

“Indo.”

“O seu Corinthians, hein?”

“Meu e de muita gente.”

“E a Ana?”

“Ana?”

“A do livro.”

“Que livro?”

“Como que livro, o seu livro!”

“Qual deles?”

“Tem mais de um?”

“Tem alguns.”

“Caramba! Estou falando do primeiro [...]”

“Pô, você é doidão, mesmo. Quando tempo você levou pra escrever?”

“O quê?”

“Como o quê? O ‘Feliz Ano Passado’?”

“Ah... Levei um ano.”

“Pô, e você ficou uma fera com aquela enfermeira. Meu, rolei de rir naquela parte. Marcelão, que figura. A gente tem que se conhecer, cara, temos muitas coisas em comum.”

“Sério?”

“Com certeza, pô, posso falar? Este livro marcou uma época, tá ligado? Tipo assim, marcou uma geração, certo?”

“Ouvi dizer.”

“Então, como vão as coisas?”

“Indo.”

“Pô, conta mais.”

“É que estou jantando.”

“Ah... Olha só. Eu preciso te entrevistar, cara. Pro meu trabalho de TCC, tá ligado? Trabalho de Conclusão de Curso.”

“Tô ligado.”

“Aí, vamos marcar?”

“Cara, não fica chateado, mas é a quinta pessoa que liga nessa semana pedindo, e não vai dar. Fim de ano, é sempre assim, um monte de estudantes liga, e tenho minha rotina, eu trabalho muito, não é pessoal, vê se me entende.”

“Ah, não vai dizer que vai regular?”

“Cara, é muita gente, não dá para atender todos...”

“São só 25 perguntinhas.”

“Só?”

[...]

(PAIVA, Marcelo Rubens [seleção: Regina Zilberman]. *Crônicas para ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, pp. 15-17. Adaptado.)

Questão 08

Considerando o texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. As aspas foram usadas para sinalizar as falas dos personagens.
- II. A história do texto começa quando Marcelo atende à chamada telefônica de um amigo.
- III. O texto é narrado em 1ª pessoa e se desenvolve na estrutura de diálogo entre dois personagens.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 09

De acordo com o texto, Marcelo:

- A) Estava almoçando, quando o telefone tocou.
- B) Gosta muito de ser entrevistado por acadêmicos.
- C) Era chamado de “Cariri”, quando morava em Santos.
- D) É um escritor que publicou apenas o livro “Feliz Ano Passado”.

Questão 10

A função sintática do sintagma destacado NÃO está corretamente identificada entre parênteses em:

- A) “Como você sabe?” (sujeito)
- B) “Com você mesmo, Cariri.” (vocativo)
- C) “Atendo ao telefone e:” (objeto direto)
- D) “Pô, e você ficou uma fera com aquela enfermeira.” (predicativo do sujeito)

Questão 11

“Poxa, que bom, eu precisava tanto falar com você, não imagina o trabalho que deu para descolar o seu...” Nessa fala, a palavra “descolar” pode ser substituída, sem prejudicar o sentido do trecho, por:

- A) Acertar.
- B) Entrever.
- C) Descobrir.
- D) Aproveitar.

Questão 12

“Cara, não fica chateado, mas é a quinta pessoa que me liga nessa semana me pedindo, [...]” O termo destacado explicita uma relação de sentido de:

- A) Oposição.
- B) Conclusão.
- C) Explicação.
- D) Conformidade.

Questão 13

“A gente tem que se conhecer, cara, temos muitas coisas em comum.” A segunda oração estabelece com a primeira uma relação de sentido de:

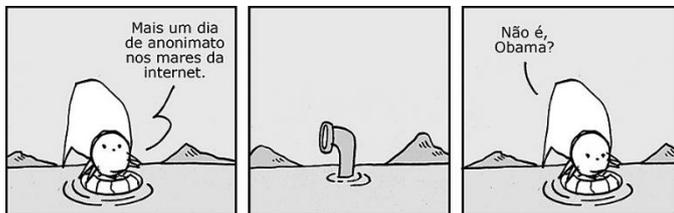
- A) Causa.
- B) Adição.
- C) Finalidade.
- D) Consequência.

Questão 14

Sobre a linguagem dos personagens no texto, é possível afirmar que é menos formal, pois:

- A) Eles têm intimidade.
- B) Marcelo perde a paciência com o estudante.
- C) Ambos utilizam uma linguagem com a presença de gírias.
- D) O estudante se utiliza da informalidade, a fim de se aproximar de Marcelo.

Texto para responder às questões 15 e 16.



(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/>. Acesso em: 06/12/2013.)

Questão 15

Em relação à tirinha, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A palavra “anonimato” é um indício de que, na internet, as pessoas não precisam revelar suas identidades.
- () Na tirinha, o cartunista explora concretamente a extensão de sentido do verbo “navegar” no contexto tecnológico.
- () O personagem da tirinha se oculta no segundo quadro, sugerindo que outras pessoas também podem estar navegando do mesmo modo pela internet.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, V, F.
- C) F, F, V.
- D) F, F, F.

Questão 16

“Mais um dia de anonimato nos mares da internet.” Do ponto de vista morfossintático, NÃO está correto o que se afirma em:

- A) Há uma expressão que indica lugar.
- B) A expressão “de anonimato” caracteriza o substantivo “dia”.
- C) Trata-se de uma frase nominal, porque não há presença de verbo.
- D) A palavra “mais” é uma conjunção e expressa sentido de oposição.

Texto para responder às questões de 17 a 25.

Jornalismo – crise versus oportunidade

O jornalismo está fustigado não apenas por uma crise grave. Vive uma mudança cultural vertiginosa, enlouquecida, mas fascinante. A revolução digital é um processo disruptivo. Quebra todos os moldes e exige uma baita reinvenção pessoal. Quem não tiver disposição de mudar a própria cabeça, rápida e efetivamente, deve comprar uma rede e contemplar as belezas do mar.

O jornalismo vai morrer? Não. Nunca se consumiu tanta informação como na atualidade. O modelo de negócios está na UTI. A publicidade tradicional evaporou-se. E não voltará. Além disso, perdemos o domínio da narrativa.

O modo de produzir informação e o diálogo com o consumidor romperam o modelo tradicional. As pessoas rejeitam intermediações – dos partidos, das igrejas, das corporações, dos veículos de comunicação.

O que fazer? Olhar para trás? Tentar fazer mudanças cosméticas? Fazer o papel ridículo das velhas de minissaia? Não. Precisamos olhar para a frente e descobrir incríveis oportunidades.

Mas é preciso, previamente, fazer uma autocrítica corajosa a respeito do modo como vemos o mundo e dialogamos com ele.

Qual é o nosso mundo? Antes da era digital, em quase todas as famílias existia um álbum de fotos. Lembra-se disso, amigo leitor? Lá estavam nossas lembranças, nossos registros afetivos, nossa saudade. Muitas vezes abríamos o álbum e a imaginação voava. Era bem legal.

Agora fotografamos tudo e arquivamos compulsivamente. Nosso antigo álbum foi substituído pelas galerias de fotos de nossos dispositivos móveis. Temos overdose de fotos, mas falta o mais importante: a memória afetiva, a curtição daqueles momentos. Fica para depois. E continuamos fotografando e arquivando. Pensamos, equivocadamente, que o registro do momento reforça sua lembrança, mas não é assim. Milhares de fotos são incapazes de superar a vivência de um instante. É importante guardar imagens. Mas é muito mais importante viver cada momento com intensidade. As relações afetivas estão sucumbindo à coletiva solidão digital.

Algo análogo, muito parecido mesmo, acontece com o consumo da informação. Navegamos freneticamente no espaço virtual. Uma enxurrada de estímulos dispersa a inteligência. Ficamos reféns da superficialidade. Perdemos contexto e sensibilidade crítica. A fragmentação dos conteúdos pode transmitir certa sensação de liberdade. Não dependemos, aparentemente, de ninguém. Somos os editores do nosso diário personalizado. Será?

Não creio, sinceramente. Penso haver uma crescente nostalgia de conteúdos editados com rigor, critério e qualidade técnica e ética. Há uma demanda reprimida de reportagem. É preciso reinventar o jornalismo e recuperar, num contexto muito mais transparente e interativo, as competências e a magia do jornalismo de sempre.

Jornalismo sem alma e sem rigor. É o diagnóstico de uma perigosa doença que contamina redações. O leitor não sente o pulsar da vida. As reportagens não têm cheiro do asfalto. É preciso dar novo brilho à reportagem e ao conteúdo bem editado, sério, preciso, isento.

É preciso contar boas histórias. Com transparência e sem filtros ideológicos. O bom jornalista ilumina a cena, o repórter manipulador constrói a história.

Sucumbe-se, frequentemente, ao politicamente correto. Certas matérias, algemadas por chavões inconsistentes que há muito deveriam ter sido banidos das redações, mostram o flagrante descompasso entre essas interpretações e a força eloquente dos números e dos fatos. Resultado: a credibilidade, verdadeiro capital de um veículo, se esvai pelo ralo dos preconceitos.

A crise do jornalismo está intimamente relacionada com a perda de qualidade do conteúdo, com o perigoso abandono de sua vocação pública e com sua equivocada transformação em produto mais próprio para consumo privado. É preciso recuperar o entusiasmo do “velho ofício”. É urgente investir fortemente na formação e qualificação dos profissionais. O valor do jornalismo se chama informação de alta qualidade, talento, critério, ética, inovação. O Brasil precisa da segurança da informação confiável.

(Carlos Alberto Di Franco. *O Estado de São Paulo*. Acesso em: 06/09/2021. Adaptado.)

Questão 17

No texto, defende-se a tese de que:

- A) As pessoas estão cada vez mais superficiais.
- B) O consumo de informação aumentou com a revolução digital.
- C) As lembranças da vida não são mais valorizadas como antigamente.
- D) O jornalismo está passando por mudanças boas e ruins, motivadas pela tecnologia.

Questão 18

De acordo com o texto, a era digital:

- A) Tornou as relações pessoais mais afetivas e intensas.
- B) Vai destruir a função do jornalismo, que é informar as pessoas.
- C) Tem tornado as pessoas mais saudosistas e preocupadas com o futuro.
- D) Está provocando processos de ruptura de paradigmas no fazer jornalístico.

Questão 19

A substituição do sintagma destacado por um pronome está INCORRETA em:

- A) “ilumina a cena” = ilumina-a
- B) “rejeitam intermediações” = rejeitam-a
- C) “Quebra todos os moldes” = Quebra-os
- D) “Muitas vezes abrimos o álbum” = Muitas vezes o abrimos.

Questão 20

Todas as palavras são acentuadas graficamente pelo mesmo motivo em:

- A) móveis / álbuns / cosméticos / está
- B) própria / rápida / negócios / abrimos
- C) inteligência / memória / será / confiável
- D) diálogo / análogo / ideológicos / estímulos

Questão 21

A transposição do trecho para a voz passiva está INCORRETA em:

- A) “*Quebra todos os moldes [...]*” = Todos os moldes foram quebrados.
- B) “[...] *exige uma baita reinvenção pessoal.*” = uma baita reinvenção pessoal é exigida.
- C) “*As pessoas rejeitam intermediações – [...]*” = Intermediações são rejeitadas pelas pessoas.
- D) “[...] *o repórter manipulador constrói a história.*” = a história é construída pelo repórter manipulador.

Questão 22

Em relação ao ponto de vista morfológico, analise as afirmativas a seguir.

- I. No trecho “*É o diagnóstico de uma perigosa doença que contamina redações.*”, a palavra destacada funciona como pronome relativo.
- II. Em “*Pensamos, equivocadamente, que o registro do momento reforça sua lembrança, [...]*”, a palavra destacada funciona como conjunção integrante.
- III. No excerto “[...] *algemadas por chavões inconscientes que há muito deveriam ter sido banidos das redações, [...]*”, a palavra destacada funciona como conjunção integrante.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 23

A substituição do sintagma destacado pelo sugerido entre parênteses provoca alteração de concordância em:

- A) “*É importante guardar imagens.*” (ilustrações)
- B) “*As reportagens não têm cheiro do asfalto.*” (odores de asfalto)
- C) “[...] *em quase todas as famílias existia um álbum de fotos.*” (álbuns de foto)
- D) “*Somos os editores do nosso diário personalizado.*” (de nossos diários personalizados)

Questão 24

Explica-se corretamente o uso da vírgula em:

- A) “*Lembra-se disso, amigo leitor?*”: A função da vírgula é isolar um aposto explicativo.
- B) “[...] *a credibilidade, verdadeiro capital de um veículo, se esvai pelo ralo dos preconceitos.*”: A função da vírgula é separar o vocativo.
- C) “*As pessoas rejeitam intermediações – dos partidos, das igrejas, das corporações, dos veículos de comunicação.*”: A função da vírgula é separar termos que desempenham funções sintáticas diferentes na oração.
- D) “*É preciso reinventar o jornalismo e recuperar, num contexto muito mais transparente e interativo, as competências e a magia do jornalismo de sempre.*”: A função da vírgula é separar a expressão adverbial intercalada dentro da oração.

Questão 25

As sílabas das palavras estão corretamente separadas em:

- A) jor-na-lis-mo / dis-ru-pti-vo / con-tem-plar / au-to-crí-ti-ca
- B) fo-to-gra-fa-mos / sa-u-da-de / subs-ti-tu-í-do / in-crí-veis
- C) mo-de-lo / dia-lo-ga-mos / fre-ne-ti-ca-men-te / con-te-ú-dos
- D) frag-men-ta-ção / o-ver-do-se / com-pul-si-va-men-te / mi-lha-res

NOÇÕES DE DIREITO

Questão 26

“Moisés, servidor público municipal, foi eleito para exercer a função de Presidente do Brasil.” Considerando a situação apresentada e à luz do previsto na Constituição Federal, ao servidor público da administração, no exercício de mandato eletivo, deve-se aplicar a seguinte disposição:

- A) Moisés ficará afastado do seu cargo enquanto perdurar o cargo eletivo.
- B) Havendo compatibilidade de horários, Moisés perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- C) Caso fosse eleito como representante do povo para ocupar vaga na Câmara Federal, Moisés poderia optar por receber a maior remuneração.
- D) Caso seja necessário o afastamento para o exercício do mandato eletivo, Moisés não terá seu tempo de serviço contado para os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Questão 27

As súmulas são consideradas fontes no direito brasileiro e se tratam de uma condensação de interpretação pacífica ou majoritária adotada por um determinado Tribunal sobre um tema em testilha. Sobre a aprovação e as súmulas pelo Supremo Tribunal Federal e seus efeitos, considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) A administração pública direta e a indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, não estarão submetidas aos efeitos das súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) A súmula terá por objetivo a multiplicação de processos sobre questão idêntica sobre a qual haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica.
- C) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após, reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- D) A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade; contudo, a decisão judicial que contrariar a súmula aplicável, ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Congresso Nacional.

Questão 28

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- II. O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da Lei.
- III. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- IV. Os sindicatos são associações de trabalhadores permanentes e essenciais em defesa da função jurisdicional, para defender os interesses e os direitos profissionais das classes que representam, nas esferas processuais e administrativas, além de representarem as categorias em congressos, conferências e encontros de qualquer natureza e perante autoridades administrativas e judiciais.

Das afirmativas relacionadas, indica função não essencial à Justiça, nos termos da Constituição

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.

Questão 29

Conforme expresso na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil promoverá vida digna aos seus habitantes e tem como fundamentos, EXCETO:

- A) Cidadania.
- B) Soberania.
- C) Pluralismo político.
- D) Independência nacional.

Questão 30

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. De acordo com a Constituição Federal, assinale a afirmativa INCORRETA sobre o Poder Legislativo.

- A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- B) As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- C) Os deputados e os senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, sendo que, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- D) O Poder Legislativo, por meio de decreto, poderá instituir estado de defesa, desde que por tempo determinado, além de delimitar as áreas a serem abrangidas e indicar, nos termos e limites da Lei, as medidas coercitivas a vigorarem.

Questão 31

Considerando o tratamento que a Constituição do Estado de Minas Gerais dá aos servidores públicos militares do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. São militares do Estado os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, que serão regidos por estatuto próprio estabelecido em lei complementar.
- II. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos Oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.
- III. As patentes dos Oficiais são conferidas pelo Governador do Estado.
- IV. O militar em atividade que aceitar cargo ou emprego público permanente será transferido para a reserva.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 32

Partindo do pressuposto de que o Estado de Minas Gerais tem 53 representantes na Câmara dos Deputados, pode-se afirmar que o número de Deputados Estaduais é:

- A) 12.
- B) 53.
- C) 77.
- D) 159.

Questão 33

A Lei Complementar nº 59, de 18/01/2001, dispõe sobre a organização e a divisão judiciária do Estado de Minas Gerais, cuidando, também, do Regime Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário. De acordo com a referida Lei, a pena de suspensão será aplicada no caso de:

- A) Insubordinação grave em serviço.
- B) Reincidência nas faltas punidas com advertência.
- C) Descumprimento de dever que configure o cometimento de falta grave.
- D) Acumulação ilegal de cargos ou funções públicas, se comprovada a má-fé do servidor.

Questão 34

“A Lei Complementar nº 59, de 18/01/2001, que dispõe sobre a organização e a divisão judiciária do Estado de Minas Gerais, estabelece que, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, as penas disciplinares serão aplicadas: I. pelo _____, aos seus membros e aos Juízes de Direito do Juízo Militar; II. pelo _____, aos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar; e, III. pelo _____, aos servidores das Auditorias da Justiça Militar.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) Presidente do Tribunal / Corregedor / Corregedor
- B) Corregedor / Presidente do Tribunal / Presidente do Tribunal
- C) Tribunal, por intermédio de seu Presidente / Corregedor / Presidente do Tribunal
- D) Tribunal, por intermédio de seu Presidente / Presidente do Tribunal / Corregedor

Questão 35

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais – Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952, trata do tempo de serviço. NÃO está de acordo com a referida Lei:

- A) A apuração do tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, promoção e adicionais, será feita em dias.
- B) Para efeito de aposentadoria e adicionais, o número de dias será convertido em meses, considerados sempre como de trinta dias.
- C) Para nenhum efeito será computado o tempo de serviço gratuito, salvo o prestado a título de aprendizado em serviço público.
- D) É vedada a acumulação de tempo de serviço simultaneamente prestado, em dois ou mais cargos ou funções, à União, ao Estado, aos Municípios e às autarquias.

Questão 36

A Resolução nº 183, de 12 de dezembro de 2017, dispõe sobre o Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar de Minas Gerais. NÃO está de acordo com o referido Código:

- A) Incumbe ao servidor da Justiça Militar de Minas Gerais dedicar-se ao trabalho de modo a agregar valores éticos, morais e sociais à gestão pública, prevenindo a ocorrência de erros, falhas ou desperdícios.
- B) A sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental são alguns dos princípios e valores fundamentais que devem ser observados pelos servidores da Justiça Militar de Minas Gerais no exercício de cargo ou função.
- C) Nos editais e nos contratos celebrados no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais, deverá constar dispositivo específico sobre a ciência e a responsabilidade da pessoa física ou jurídica contratada sobre o cumprimento dos princípios e das normas de conduta ética estabelecidos neste Código.
- D) Equiparam-se aos servidores da Justiça Militar de Minas Gerais, para efeito de aplicação do Código de Ética, os colaboradores que, por força de Lei, contrato ou qualquer ato jurídico, prestarem serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional à Justiça Militar de Minas Gerais, exceto nos casos em que não houver retribuição financeira.

Questão 37

A Resolução nº 171, de 29 de junho de 2016, que institui sobre jornada e horário de trabalho, registro, apuração e controle de frequência dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e das Secretarias de Juízo Militar do Estado de Minas Gerais, indica algumas situações em que o servidor terá direito a afastamento por compensação. Assinale, a seguir, a afirmativa em que o servidor NÃO terá direito à compensação.

- A) Realização de horas extras sem o respectivo pagamento.
- B) Doação de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 11.105, de 04 de junho de 1993.
- C) Cumprimento de plantão de *habeas corpus* e demais medidas de natureza urgente, quando indenizado.
- D) Convocação pelo Tribunal Regional Eleitoral, nos termos do Art. 98 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Questão 38

Segundo a Resolução nº 183, de 12 de dezembro de 2017, que institui o Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar de Minas Gerais, é vedado ao servidor da Justiça Militar de Minas Gerais solicitar ou receber, para si ou para outrem, recompensa, vantagem ou benefício de qualquer natureza de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, direta ou indiretamente interessadas em decisão relacionada às suas atribuições de servidor da Justiça Militar de Minas Gerais. Não é considerado benefício, vantagem ou recompensa, de acordo com o exposto, os brindes e presentes que:

- I. Tenham valor irrisório.
- II. Não possuam valor comercial.
- III. Sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual, ou por ocasião de eventos especiais, ou datas comemorativas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 39

“De acordo com a Resolução nº 183, de 12 de dezembro de 2017, compete ao _____ do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética da Justiça Militar de Minas Gerais.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Presidente
- B) Corregedor
- C) Vice-Presidente
- D) Vice-Corregedor

Questão 40

A Lei Complementar nº 59, de 18/01/2001, estabelece os requisitos para a criação e a instalação de Comarca. Trata-se de requisito para instalação de Comarca:

- A) Número de eleitores superior a treze mil na Comarca.
- B) População mínima de dezoito mil habitantes na Comarca.
- C) Edifício público de domínio do Estado com capacidade e condições para instalação de fórum, delegacia de polícia, cadeia pública e quartel do destacamento policial.
- D) Movimento forense anual, nos municípios que compõem a Comarca, de, no mínimo, quatrocentos feitos judiciais, conforme estabelecer resolução do órgão competente do Tribunal de Justiça.

Questão 41

Analise o trecho a seguir escrito em 2010:

“Em que pese o Código Penal Militar não prever as penas alternativas, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil, havendo lacuna na Lei, estas poderão ser integradas pela analogia e por princípios gerais do direito, devendo o julgador atender aos fins sociais a que a Lei se destina. A pena possui fim social de ressocializar; assim, deve-se permitir a conversão da pena privativa de liberdade, aplicada na Justiça Especial, em penas restritivas de direitos.”

Considerando as noções básicas de Direito Penal Militar em 2021, assinale a afirmativa correta.

- A) Embora a doutrina tenha avançado pouco, a jurisprudência penal militar evoluiu no sentido da conversão da pena privativa de liberdade em limitação de fim de semana, nos crimes militares de menor potencial ofensivo.
- B) A culpabilidade e a conduta social do militar, na apuração de crimes militares, são elementos determinantes na conversão da pena restritiva de liberdade em perdimento de bens como vem entendendo a jurisprudência dominante.
- C) Ainda hoje, a conversão de pena privativa de liberdade em pena de multa, por exemplo, não encontra guarida no Código Penal Militar, já que a Lei Federal que trata das penas restritivas de direito só alcança o Código Penal Comum.
- D) Após mais de dez anos de debates, a jurisprudência penal militar majoritária consolidou entendimento para a conversão da pena privativa de liberdade em multa, para o militar que tenha ilibada reputação e seja réu primário.

Questão 42

“Em maio de 2021, o Tribunal de Justiça Militar do Estado Gama solicitou a aquisição de um helicóptero, descrevendo no termo de referência todos os elementos objetivos para definição do padrão de desempenho e qualidade que, no caso, possui especificações usuais de mercado. A compra foi estimada em R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais). A autoridade responsável pela compra recebeu várias informações dos órgãos de consultoria, dentre as quais uma está em desconformidade com a legislação de licitação vigente.”

Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A aquisição do objeto licitatório, em razão de sua complexidade e valor, que caracteriza contratação de grande vulto, deverá ser feita na modalidade Concorrência, necessariamente pelo critério de Técnica e Preço.
- B) Se realizada a licitação nos moldes da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública determinará a escolha de um agente de contratação que, no Pregão, será o pregoeiro, designando, também, uma equipe de apoio.
- C) Na data da aquisição, a Administração Pública poderia optar pela utilização das regras de contratação da Lei nº 8.666/1993, além de realizar a licitação pelas regras da Lei nº 14.133/2021, já que ambas as legislações estavam vigentes.
- D) Se realizada a contratação nas regras da Lei nº 14.133/2021, a modalidade licitatória preferencial será o Pregão Eletrônico, devendo figurar como contratante o Estado Gama, já que o Tribunal de Justiça Militar não tem personalidade jurídica própria.

Questão 43

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pontua preceitos que devem ser seguidos por todos, em busca de uma sociedade mais justa. Por vezes, a Administração Pública pratica atos que parecem afrontar estes preceitos, mas que, em verdade, se embasam na supremacia do interesse público, como no caso em que se excepciona o direito de propriedade de um cidadão por descumprimento da função social. Nesse sentido, analise a afirmativa a seguir:

“Em razão do direito à igualdade, a Administração Pública não pode conceder prazo diferenciado para que candidatas grávidas realizem o teste de aptidão física em concurso público de ingresso nas carreiras da Polícia Militar, já que haverá atraso no provimento dos cargos em detrimento do princípio maior da garantia da segurança pública.”

À luz da DUDH, é correto afirmar que:

- A) A conduta estatal está correta, pois a DUDH permite, em certas circunstâncias, a diferenciação entre homens e mulheres.
- B) A não oportunização de remarcação de prova física, no caso narrado, ofende o direito fundamental resguardado pela DUDH.
- C) A DUDH estabelece uma hierarquia de princípios, de modo que a segurança pública tem valor maior que o direito de ingresso em cargo público.
- D) A Administração pode remarcar a prova física de uma gestante; mas, nesse caso, para preservar a igualdade, deverá abrir a possibilidade para quaisquer candidatos.

Questão 44

“A Administração Militar dispõe de meios para apurar responsabilidades de fatos de pequena importância, devendo operar a intervenção do Direito Penal Militar nos casos de real necessidade, apenas como última medida. A existência de um Estado Democrático de Direito passa, necessariamente, pela busca constante de um direito penal mínimo, subsidiário, para intervir apenas e tão somente nas situações em que os demais ramos do direito não sejam suficientes ao fim que se deseja: a pacificação social.”

Considerando as noções básicas de Direito Penal Militar, é correto afirmar que:

- A) A assertiva está parcialmente correta, pois, no Direito Penal Militar, as infrações administrativo-disciplinares configuram crime militar.
- B) A assertiva está incorreta, pois, diferentemente do Direito Penal Comum, nenhum ilícito militar poderá deixar de ser apreciado pela Justiça Militar.
- C) A assertiva está correta e coaduna-se com os princípios do Direito Penal Militar e entendimentos do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.
- D) A assertiva está parcialmente correta, pois, diversamente do Direito Penal Comum, a intervenção do Direito Penal Militar deve operar como primeira medida.

Questão 45

Uma das alterações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 corresponde aos limites para a utilização da contratação direta por dispensa em função do baixo valor. Considerando a necessidade de uma contratação de serviço de manutenção de veículos automotores, é correto afirmar que:

- A) Em ambas as normas, as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação são meramente exemplificativas.
- B) Na Lei nº 14.133/2021, o limite de dispensa para a contratação do serviço proposto é o mesmo utilizado para obras.
- C) Na Lei nº 8.666/1993, a contratação do serviço pretendido poderia ser feita tanto por dispensa de licitação quanto por inexigibilidade.
- D) Enquanto na Lei nº 8.666/1993 o limite de dispensa é um percentual sobre a modalidade Tomada de Preços, na nova lei o valor é fixo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 46

A alça de preenchimento inteligente do *Microsoft Office Excel*, uma das ferramentas mais versáteis do aplicativo, permite copiar conteúdos, continuar sequências alfabéticas e numéricas, reutilizar fórmulas e funções. Considere uma pasta de trabalho do *Excel* com duas planilhas – Plan1 e Plan2. A fim de multiplicar o valor da célula B2 de Plan1 aos valores das células presentes no intervalo C2:C7 de Plan2, sabe-se que os resultados serão listados nas células paralelas ao intervalo citado, que corresponde às células D2 até D7 em Plan2. Para criar uma expressão na célula C2 de Plan2 e posterior uso da alça de preenchimento, a fim de reutilizá-la nas células abaixo da primeira, a ação que irá efetuar o cálculo corretamente é:

- A) =Plan1!B2 * C2
- B) =Plan1!B2 * \$C\$2
- C) =Plan1!\$B\$2 * C2
- D) =Plan1!B2 * Plan2!C2

Questão 47

“A impressão de documentos de texto pode exigir inúmeras configurações, considerando o contexto aplicado. Os aplicativos do Pacote *Office* da *Microsoft* são compatíveis entre si, permitindo, assim, importação, exportação e vínculo entre arquivos. Um dos recursos mais empregados do *Microsoft* _____ denomina-se _____, que permite _____ dados de fontes externas ao arquivo que será utilizado como modelo; inclusive, do *Microsoft* _____, na ordem preferencial em que o usuário definir. A impressão sequencial dos documentos gerados pelo vínculo se dá pelo comando _____, não sendo necessário, dessa forma, imprimir um por vez.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) *Excel* / correspondência / exportar / *Word* / Ctrl + P
- B) *Word* / revisão / exportar / *Excel* / visualização de impressão e imprimir
- C) *Word* / mala direta / importar / *Excel* / concluir e mesclar > imprimir documentos
- D) *Excel* / correspondência / importar / *Word* / visualização de impressão > imprimir

Questão 48

A contagem de células preenchidas ou não vazias é um recurso do *Excel* que possibilita cálculos sem a presença de números. Considerando um intervalo de dados compreendido a partir da célula B1 até a célula G1, em que cada célula pode conter valores literais ou numéricos, a expressão que irá efetuar a quantidade de células que evidenciam apenas valores numéricos é:

- A) =CONT(B1:G1)
- B) =CONT.N(B1:G1)
- C) =CONT.NÚM(B1:G1)
- D) =CONT.VALORES(B1:G1)

Questão 49

Para agilizar a redação e a formatação de textos no *Microsoft Word*, podem ser utilizados atalhos (combinações de teclas) com comandos predefinidos pelo *software*, ou criados pelo usuário por meio de macros. Os atalhos correspondentes aos comandos do *Microsoft Word* – alternar entre maiúsculas e minúsculas; formatar texto para subscrito; aumentar fonte; e, centralizar parágrafo são, respectivamente:

- A) I. Ctrl + [II. Shift + F3 III. Ctrl + = IV. Ctrl + D
- B) I. Ctrl +] II. Ctrl + = III. Shift + F3 IV. Ctrl + H
- C) I. Ctrl + Y II. Ctrl + [III. Shift + F3 IV. Ctrl + =
- D) I. Shift + F3 II. Ctrl + = III. Ctrl +] IV. Ctrl + E

Questão 50

Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O ajuste do tamanho dos ícones no *Windows 10* pode ser realizado por meio do atalho “Alt + roda do *mouse*”.
- B) No *Microsoft Word*, é possível automatizar o cálculo em tabelas, por meio da inserção de um ou mais campos, contendo fórmulas.
- C) É possível selecionar todos os arquivos de um diretório por meio do atalho “Ctrl + A”, mesmo se tratando de arquivos de tipos diferentes.
- D) A criação de listas suspensas no *Excel*, por meio da ferramenta “validação de dados”, permite que o usuário não tenha que digitar; ele simplesmente irá selecionar a informação necessária, evitando, assim, erros de digitação.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva (Redação) é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de uma redação que será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva (Redação) deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva (Redação) terá extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites do número de linhas definidos, de acordo com os seguintes critérios: a) desconto de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por linha aquém do mínimo estipulado; b) desconto de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por linha que exceda o máximo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva (Redação) em casos de não haver texto; cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido; que fuja da tipologia, tema ou proposta; considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre as letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à Língua Portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português; que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta; cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor; que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do pretendente.
- A Prova Discursiva (Redação) para todos os cargos/especialidade abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e Informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	10	Desconto de 1 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	10	Desconto de 1 ponto por erro
Valor Total da Prova Discursiva (Redação)		50 pontos

Texto I

Fora do ar: pane no WhatsApp pode gerar processos na Justiça

WhatsApp, Instagram e Facebook apresentam instabilidade desde o meio-dia desta segunda-feira. Milhões de usuários poderão ter prejuízos com a pane das redes.

Quem tentou mandar mensagens pelo WhatsApp ou postar no Instagram/Facebook, se frustrou: as plataformas estão fora do ar e sem previsão de retorno.

Atualmente, as redes sociais são a ferramenta de trabalho para milhões de pessoas e uma instabilidade prolongada pode, sim, gerar prejuízos financeiros aos internautas. A partir deste cenário, quais as possíveis consequências jurídicas?

O advogado Luiz Augusto D’Urso (D’Urso e Borges Advogados Associados) salienta que a indisponibilidade dos serviços durante um longo período ocasionará danos concretos que poderão ser ressarcidos em ordens ou decisões judiciais: “A indisponibilidade dos serviços gera inúmeros prejuízos. Este tipo de atividade tem um risco, conforme a Teoria do Risco-Proveito, sendo que uma indisponibilidade nesta proporção, durante um longo período, ocasionará danos concretos, que poderão ser ressarcidos, em prováveis ordens e decisões judiciais”.

O advogado destacou que a instabilidade que está acontecendo hoje é uma das maiores da história do grupo Facebook e afeta usuários do mundo todo.

Além de chamar atenção para as causas jurídicas, Luiz Augusto D’Urso faz uma reflexão sobre a dependência dos usuários com relação às redes sociais: “Primeiramente é importante refletir como estas situações demonstram que os usuários são

dependentes destas redes sociais, sendo que é sempre importante alertar que é possível a utilização de aplicativos similares (como *Telegram*). Também fica comprovado como o monopólio das redes é prejudicial, vale dizer, como o *Facebook* é dono de uma gama de empresas, quando esta empresa-mãe é afetada, toda uma cadeia de redes sociais também é (*Instagram*, *WhatsApp* etc.), deixando o usuário totalmente desconectado”.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/352654/fora-do-ar-pane-no-whatsapp-pode-gerar-processos-na-justica>. Acesso em: 04/10/2021. Adaptado.)

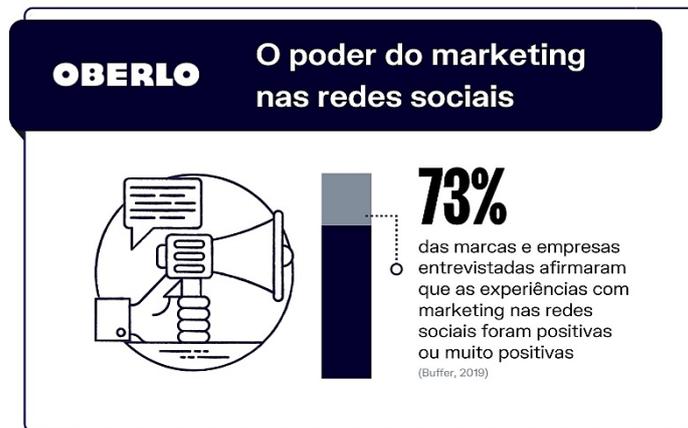
Texto II

Um estudo realizado pela *Chicago Booth School of Business* indicava, cinco anos atrás, que o *Facebook*, *Twitter* e outras redes sociais têm uma capacidade de viciar superior à do tabaco ou do álcool porque, dentre outras coisas, acessá-las é simples e gratuito. Além disso, se o próprio pai do *IPad*, *IPod* e *iPhone*, *Steve Jobs*, não deixava que seus filhos tivessem muito contato com a tecnologia — limitava o tempo de uso deles — seria porque, provavelmente, imaginava que as redes sociais poderiam afetar os mais jovens.

A verdade é que, no parecer de muitos especialistas, o uso das redes sociais — incluindo aplicativos de mensagens instantâneas — pode chegar a criar sérias dependências com suas respectivas consequências: ansiedade, depressão, irritabilidade, isolamento, distanciamento da vida real e das relações familiares, perda de controle etc.

(Disponível em: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/como-redes-sociais-afetam-jovens>. Adaptado.)

Texto III



(Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/redes-sociais-estatisticas>.)

Considerando os textos motivadores apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

“As redes sociais na sociedade pós-moderna: o equilíbrio entre a relevância e a dependência”.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO





INSTRUÇÕES

É necessário uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de quaisquer tipos, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo, ou outro equipamento eletrônico. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como o uso de notas, livros; anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou demais materiais literários ou visuais de consulta.
3. Para garantir a segurança do Concurso Público, o candidato poderá ser submetido ao detector de metais durante a realização das provas. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. **O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos/especialidades de nível médio e superior.**
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação) estão corretos. Caso as informações estejam incorretas, ou o material esteja incompleto ou, ainda, inclua qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. O candidato deve, ainda, verificar se o TIPO/COR do seu Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como com o TIPO/COR registrado no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação). Caso contrário, é necessário notificar imediatamente ao Fiscal de Aplicação, para que sejam tomadas as devidas providências.
7. As provas terão duração de 4 (quatro) horas para os cargos/especialidades de nível médio e de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação).
8. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Caderno de Provas, Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova de Redação) devidamente preenchidos, bem como assinados em local específico.**
9. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação da Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
11. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente após decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas. O candidato que, por qualquer motivo, se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo terá o fato consignado em ata, pelo Instituto Consulplan, e poderá ser eliminado do Concurso Público, após parecer da Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso.
12. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o Termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo/especialidade serão publicados no Diário da Justiça Militar eletrônico – DJMe e disponibilizados juntamente com as questões, nos endereços eletrônicos www.tjmmg.jus.br e www.institutoconsulplan.org.br, 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, pelo candidato, ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.